

Imaginário, S., Cristo, E., Jesus, S. N., & Morais, M. F. (2014). Educação para o empreendedorismo em Portugal: O nascimento do programa Empreender na Escola. *Revista AMAzônica*, 12 (2), 343-362.

EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO EM PORTUGAL, O NASCIMENTO DO PROGRAMA EMPREENDER NA ESCOLA

**EDUCACIÓN PARA EL EMPRENDIMIENTO EN PORTUGAL, EL NACIMIENTO DEL
PROGRAMA EMPREENDEDOR EN LA ESCUELA**

**ENTREPRENEURSHIP EDUCATION IN PORTUGAL, THE DEVELOPMENT OF THE
ENTREPRENEURSHIP IN THE SCHOOL PROGRAM**

Susana Imaginário¹

(Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações, Universidade do Algarve)

Eurídice Cristo²

(CRIA – Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia, Universidade
do Algarve)

Saul Neves de Jesus³

(Universidade do Algarve)

Fátima Morais⁴

(Universidade do Minho)

Resumo: As competências empreendedoras foram consideradas como essenciais para o desenvolvimento da nossa sociedade, pelo que a educação para o empreendedorismo tem sido estimulada nas últimas décadas. Embora Portugal não seja exceção, ainda são poucas as iniciativas implementadas. Analisar as boas práticas existentes, assim como as limitações destes projetos permitem-nos encontrar pistas que contribuam para o desenho de programas que contribuam para o desenvolvimento das competências empreendedoras e criativas dos participantes. Através do estudo de atividades implementadas em Portugal e noutros países, verificou-se que estas devem focar-se numa abordagem por competências que conte com a participação ativa de escolas e professores. Por outro lado, concluiu-se ainda que é fundamental que estas iniciativas contemplem um período de avaliação que permita analisar a sua eficácia.

Palavras-chave: Empreendedorismo jovem; Educação para o empreendedorismo; Criatividade; Programas de Intervenção.

Resumen: Las capacidades empresariales se consideran esenciales para el desarrollo de nuestra sociedad, por lo que la educación empresarial ha sido estimulada en las últimas décadas. Si bien que Portugal no es una excepción, hay pocas iniciativas implementadas. Analizar las buenas prácticas existentes, así como las limitaciones de estos proyectos nos permiten encontrar pistas que contribuyan al diseño de programas que favorezcan al desarrollo de las habilidades empresariales y creativas de los participantes. A través del estudio de las actividades realizadas en Portugal y otros países, se encontró que estos deben centrarse en un enfoque de competencias que se basa en la participación activa de las escuelas y los profesores. Por otro lado, se concluyó que es fundamental que estas iniciativas contemplen un período de evaluación para analizar su eficacia.

Palabras clave: Emprendimiento joven; La educación empresarial; Creatividad; Programas de Intervención.

Abstract: The entrepreneurial skills were considered essential for the development of our society, therefore the entrepreneurship education has been stimulated in recent decades. Although Portugal is no exception to this encouragement, there aren't many initiatives implemented. Analyze existing good practices, as well as the limitations of these projects allow us to find clues that can contribute to the design of programs that aim to develop entrepreneurial and creative skills of the participants. Through the study of activities implemented in Portugal and other countries, it was found that most programs are focused on a competence approach that relies on the active participation of schools and teachers. On the other hand, it was concluded that it is critical that these initiatives contemplate a period of assessment to analyze their effectiveness.

Key words: Young entrepreneurship; Entrepreneurship education; Creativity; Intervention programs.

Introdução

A temática do empreendedorismo tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, sendo cada vez mais objeto de estudo de diferentes disciplinas científicas (Cunnigham & Lischeron, 1991), o que por um lado denota interesse, mas por outro dificulta a existência de uma definição única e geral para este conceito, embora seja frequentemente associado à criação e gestão de empresas (Mendes, 2007). Aliás, em 2002, a Comissão Europeia veio reforçar esta premissa alertando para o papel que as atitudes empreendedoras têm no desenvolvimento de um país, defendendo que a sua promoção deveria ser considerada como uma prioridade para os países europeus. Em 2006 fortalece esta posição afirmando que os governos devem apostar no desenvolvimento de escolas e instituições empreendedoras de modo a inculcar nos estudantes competências como criatividade, inovação e procura ativa de resolução de problemas.

Desta forma, entende-se que a promoção do empreendedorismo entre os jovens deve ser incentivada e desenvolvida desde tenra idade, devendo ser implementada desde o primeiro ciclo do ensino básico até ao ensino superior (Comissão Europeia, 2006) e estar adaptada às diferentes características do público-alvo a que se destina (Comissão Europeia, 2002; Giorgino, Fortes, Silva & Rosa, 2012). A este respeito, Redford (2013) acrescenta ainda que se torna essencial sensibilizar as escolas para esta problemática, devendo estas contar com o apoio ativo de organizações e entidades de diferentes setores, incluindo o Estado, a sociedade civil e as entidades privadas, para a educação para o empreendedorismo.

Existem já várias evidências de que o empreendedorismo pode e deve ser ensinado (por exemplo Rocha, Silva & Simões, 2012; Teixeira, 2012) e, mais importante, deve ser incentivado (Comissão Europeia, 2002, 2006; Redford, 2013; Rocha, Silva & Simões, 2012), pelo que se torna fundamental juntar, de forma prática e planeada, os termos educação e empreendedorismo (Rocha, Silva & Simões, 2012). Por conseguinte, entende-se que a educação para o empreendedorismo deve ser encarada como um processo dinâmico e social onde os indivíduos identificam oportunidades para inovar e colocam as suas ideias em prática, seja num contexto social, cultural ou económico (Comissão Europeia, 2006).

Segundo Johansen e Schanke (2013), a educação para o empreendedorismo pode ser implementada sob três formas: através da organização de uma disciplina individual

de empreendedorismo; da integração das temáticas do empreendedorismo noutras disciplinas existentes funcionando como complemento à aprendizagem; ou da incorporação na escola como uma metodologia própria, dentro de um projeto/programa de intervenção. Ademais, qualquer que seja a abordagem utilizada torna-se essencial que o ensino do empreendedorismo recorra a uma abordagem por competências (Chaves & Parente, 2011) onde a ênfase seja colocada na aprendizagem, em vez de no processo de ensino, e onde o aluno seja colocado em primeiro plano, passando os conteúdos veiculados pelo professor para segundo (Le Boterf, 2005, citado por Chaves & Parente, 2011).

Esta abordagem por competências, essencialmente veiculada pelos projetos de empreendedorismo implementados nas escolas (por exemplo Rocha, Silva & Simões, 2012; Rodrigues, Dinis, Paço, Ferreira, & Raposo, 2012; Teixeira, 2012), procura que cada aluno aprenda a utilizar os saberes que lhe são transmitidos em todas as esferas da sua vida, complementando assim os conhecimentos teóricos com situações práticas e reais. Desta forma a preocupação das escolas, e dos professores, será não só a de transmitir conhecimentos teóricos aos alunos e garantir que estes os adquiram e memorizam, mas também assegurar que existem saberes que são transferidos e utilizados de forma prática (Chaves & Parente, 2011). Em conclusão, de acordo com esta perspetiva, a educação para o empreendedorismo não torna os jovens empreendedores, mas oferece-lhes os instrumentos necessários para que estes se tornem empreendedores por si próprios (Mendes, 2007).

Garavan e O'Conneide, num levantamento sobre os programas de educação para o empreendedorismo realizado em 1994, verificaram que a maior parte dos projetos desenvolvidos visavam: a) obtenção de conhecimentos sobre a temática do empreendedorismo; b) aquisição de competências técnicas específicas; c) promoção de competências empreendedoras; d) sensibilização para o empreendedorismo e a sua importância; e) desenvolvimento de atitudes de mudança e assunção de riscos; e f) aparecimento de novas empresas. Estes autores concluíram ainda que existem muitos problemas associados à implementação de programas de educação para o empreendedorismo que devem ser tidos em conta e evitados, nomeadamente o facto de ser dada muita ênfase aos conhecimentos transmitidos em detrimento das competências promovidas; assim como a existência de um foco nos métodos de transferência de informações centrados em grandes grupos e não em pequenos grupos; e a ausência de um processo de avaliação ao longo do projeto que permita avaliar a sua eficácia.

Embora muitos países já implementem programas de educação para o empreendedorismo desde a década de 90, em 2002, Portugal foi identificado como o único país da União Europeia onde eram desenvolvidas ações que tinham como objetivo fomentar o espírito empresarial, mas cujas iniciativas não estavam incluídas no quadro do sistema nacional de educação. Aliás, num levantamento sobre o ensino de empreendedorismo nas universidades portuguesas, Redford (2006) verificou que 41% das 17 disciplinas de empreendedorismo lecionadas no ano letivo de 2004/2005 tiveram o seu início entre 2003 e 2004.

No que se refere a programas de educação para o empreendedorismo propriamente ditos, só em 2006 surgiu o primeiro projeto concebido e implementado sob a tutela da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, o Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo - PNEE (Teixeira, 2012). Este projeto visava a promoção de ações empreendedoras nas escolas de ensino básico e secundário e foi implementado, pela primeira vez, no ano letivo de 2006/2007 (Ministério da Educação, 2007), mas, devido aos bons resultados obtidos, acabou por ser prolongado por mais três anos lectivos (Teixeira, 2012). A este respeito, no Relatório Síntese do projeto (Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, 2009) concluiu-se que foi possível observar nos alunos o desenvolvimento de competências empreendedoras-chave, nomeadamente autoconfiança/assunção de risco, iniciativa/energia, planeamento/organização, resistência à frustração/resistência, criatividade/inação e relações interpessoais/comunicação.

Para além desta iniciativa outros projetos têm vindo a ser levados a cabo no nosso país ao nível do ensino básico e secundário, essencialmente assegurados por instituições privadas locais. No levantamento feito por Teixeira (2012) verificou-se que, na sua maior parte, estes programas tiveram início no ano de 2005, não se encontrando em vigor atualmente. Por exemplo, o projeto ENE - Empreender na Escola (CPINAL, 2002), foi implementado entre os anos letivos de 2002 e 2004, em 10 escolas do ensino secundário da região do Algarve e tinha como objetivo combater a fraca motivação dos alunos e as suas baixas qualificações através da elaboração de um plano de negócios. Já no ano letivo de 2007, o Parkurbis implementou o Projeto Empresários na Escola – Percursos de Acompanhamento à Criação de Novas Empresas de Base Tecnológica visou o desenvolvimento de competências empreendedoras dos jovens que frequentassem o 3º ciclo do ensino básico na região de Coimbra. Este projeto consistiu

na adaptação para Portugal do projeto EJE – Empresa Joven Europea, desenvolvido e implementado na região das Astúrias desde o ano letivo de 1999/2000.

A este nível, importa ainda destacar o papel desempenhado pela Fundação Junior Achievement Portugal. Uma associação sem fins lucrativos, que opera desde 2005, essencialmente nas regiões de Lisboa e Porto, e oferece dez programas de educação para o empreendedorismo distintos e adaptados aos diferentes níveis de ensino (Fundação Junior Achievement Portugal, 2005).

Embora possam ser identificadas algumas iniciativas de educação para o empreendedorismo por todo o país, é evidente que é necessário fazer mais. De acordo com a avaliação desenvolvida pelo Global Entrepreneurship Monitor em 2011 (Thompson, Gonçalves, Medina & Amaral, 2013), que analisa a eficácia de atividades desenvolvidas ao nível da educação para o empreendedorismo, os resultados obtidos não parecem ser favoráveis. Por exemplo, os programas implementados ao nível do ensino básico e secundário não aparentam promover e estimular a criatividade dos jovens, competência considerada como chave para o comportamento empreendedor. Por outro lado, em termos culturais e sociais, os autores determinaram que a nossa sociedade não encoraja a assunção de risco, a criatividade e a inovação, o que demonstra que as atividades de sensibilização para o empreendedorismo desenvolvidas não evidenciam eficácia. Além disso, em 2012, a Assembleia da República emitiu uma recomendação ao Governo para promover incentivos ao empreendedorismo jovem (Resolução da Assembleia da República nº58/2012). Dentro das 21 medidas recomendadas, importa sublinhar a solicitação de sensibilização para o empreendedorismo jovem em contexto escolar adaptado a todos os níveis de ensino, incluindo o superior (Assembleia da República, 2012).

Entende-se desta forma que é necessário e urgente desenvolver e implementar ações que visem fomentar o empreendedorismo através de projetos centrados no aprender-fazendo e no uso da imaginação, da criatividade e da inovação, assim como a aplicação destas mesmas competências no desenvolvimento de novos produtos e novos negócios. Com base neste pressuposto, neste trabalho pretende-se realizar uma revisão sobre o estado de arte da educação para o empreendedorismo em Portugal, assim como apresentar o processo de desenvolvimento do Programa Empreender na Escola, e ainda a sua metodologia e métodos de ensino/aprendizagem.

O programa empreender na escola

O Programa Empreender na Escola foi desenvolvido no âmbito do Programa Estratégico da “Rede de Cidades e Centros Urbanos para a Competitividade e a Inovação do Corredor Azul”, candidatado ao Eixo 2 do InAlentejo, que abrange dez municípios da região do Alentejo (Sines, Santiago do Cacém, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Arraiolos, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Elvas). A sua coordenação e implementação estiveram a cargo do Sines Tecnopolo, sendo Sines o município líder, e contou com o apoio técnico-científico da Universidade do Algarve, através da Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA). O Programa contou ainda com o aval e o apoio institucional da DGEstE – Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços da Região do Alentejo.

Este programa, destinado a alunos do 9º/10º ano, pretendia promover o desenvolvimento de competências na área do empreendedorismo através da participação da comunidade educativa (professores, alunos, pais) em iniciativas que visam formar uma população crescentemente empreendedora. Por outras palavras, pretende-se que a comunidade educativa se torne cada vez mais proactiva, autónoma, responsável, autoconfiante, com espírito de equipa, capaz de assumir riscos e preparada para tomar decisões, permitindo um melhor conhecimento das suas atitudes e dos atributos que podem ajudar a atingir o sucesso.

Em termos metodológicos, os programas de educação para o empreendedorismo devem ser sempre desenhados procurando reproduzir, o mais fielmente possível, os contextos nos quais os empreendedores atuam e devem basear-se na aprendizagem experimental, pois esta permite acelerar o efeito pedagógico do mesmo, fomentando a motivação e desenvolvendo as dimensões relacionais dos participantes, assim como a sua intuição e espírito crítico (Silva, Lopes, Palma & Lopes, 2013). Deste modo, neste programa considerou-se pertinente adotar o método de ensino inovador (Chong et al., 2008), pressupondo que para além dos conteúdos teóricos, a educação para o empreendedorismo deve focar-se no desenvolvimento de competências gerais e específicas (Chaves & Parente, 2011), como por exemplo, autonomia, autoeficácia, “proatividade, propensão para o risco, *networking*, resiliência e inteligência emocional” (pp 340; Silva, Lopes, Palma & Lopes, 2013).

O método de aprendizagem inovador (Chong et al., 2008) consiste num método de ensino que visa a promoção do desenvolvimento das competências de pensamento

crítico, de liderança pessoal e de competências empreendedoras dos alunos. Os programas que adotem esta metodologia devem ser realizados num contexto de sala de aula e oferecer a transmissão de conhecimentos associada à promoção de competências pessoais e de grupo, recorrendo a métodos eletrónicos e multimédia e das novas tecnologias de informação para a disseminação dos conhecimentos.

Tendo por base esta abordagem, o Programa Empreender na Escola foi desenhado tendo em conta uma metodologia de aprendizagem inovadora, mas baseando-se noutros programas de educação para o empreendedorismo previamente implementados e que são identificados como boas práticas, nomeadamente o programa Empreendedorismo nas Escolas (Rocha, Silva & Simões, 2012); o Plano Nacional de Educação para o Empreendedorismo (Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, 2009) e o programa EJE, implementado com sucesso em Espanha desde 1999 (Parkurbis, 2007). Procurando uma aproximação estrutural com este último e com a realidade empresarial, o Programa baseou-se na criação de uma empresa” de “importação/exportação”, gerida pelos alunos em sala de aula, durante um ano letivo. A constituição destas empresas não é formalmente realizada, mas todo o processo da sua criação e gestão é replicado e simulado na íntegra, pelo que os alunos, sócios da empresa, fazem negócios reais com dinheiro real e estabelecem relações comerciais com outra “empresa”, com o objetivo de 'importar' e 'exportar' produtos entre si.

Um dos aspetos centrais do método de aprendizagem inovador (Chong et al., 2008) prende-se com a procura de aproximação dos atores escolares às novas tecnologias, pelo que no Programa se optou por recorrer à Internet e ao Facebook para aproximar os participantes, alunos e professores, assim como para comercializar os produtos “importados” e promover as suas “empresas”. Além disso, para a sua implementação considerou-se pertinente desenvolver uma plataforma interativa onde os jovens empresários pudessem produzir e arquivar toda a sua documentação empresarial, tal como acontece numa empresa real.

Visando simular o ambiente e o contexto empreendedor procurou-se igualmente estimular a colaboração e a co-aprendizagem entre alunos, professores, comunidade e empresas locais através da criação do papel de *empresa mentora*. Uma *empresa mentora* seria uma empresa real que iria apoiar a “empresa” ao longo da sua participação no Programa. O papel a adotar pela *empresa mentora* era variado, podendo, por exemplo, contribuir para o capital social da “empresa”, partilhar as suas

experiências no mundo empresarial, auxiliar na realização das atividades do Programa. Importa todavia destacar que, embora fosse recomendado, não era obrigatório que as “empresas” tivessem uma *empresa mentora*.

Ressalve-se que a existência de uma empresa mentora consiste numa inovação face aos programas de educação para o empreendedorismo anteriormente implementados, e que através da sua existência pretendia-se aproximar as escolas à comunidade local. Por outras palavras, através da empresa mentora desejava-se que as escolas funcionem como agentes catalisadores da comunidade local, incluindo pais, encarregados de educação e empresas, promovendo ainda a articulação com outras entidades/instituições, tal como sugerido por Redford (2013). Entende-se desta forma que os professores desempenham um papel fulcral neste Programa, funcionando como agentes de articulação com a comunidade e como agentes de mediação entre os estudantes e os conteúdos teórico-práticos que lhes devem ser transmitidos.

Atendendo a esta importância, considerou-se pertinente oferecer-lhes a possibilidade de participar numa ação de Formação Contínua de Professores, acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua na Modalidade de Projeto. Esta formação, de carácter voluntário, visava dotar os participantes de conhecimentos e competências empreendedoras, procurando ainda que em grupo pudessem partilhar experiências e esclarecer dúvidas.

Para além da ação de formação acreditada, a equipa técnica do Programa oferecia monitorização e aconselhamento diário a “empresas” e professores virtualmente (correio eletrónico ou Facebook), por telefone ou presencialmente. No que se refere ao apoio presencial, considerou-se importante que as “empresas” recebessem a visita da equipa técnica para poderem esclarecer algumas dúvidas sobre a gestão da sua “empresa” e para que soubessem sempre as tarefas que tinham para realizar e as atividades que deveriam realizar durante as próximas sessões.

Tal como foi referido anteriormente, procurou-se que este Programa refletisse o mais fielmente possível a realidade vivida numa empresa, pelo que optamos por estrutura-lo em 3 Blocos, que correspondem aos três períodos letivos e remetem para a atividade de uma empresa real (Bloco 1 – Constituição da Empresa; Bloco 2 – Organização e Planeamento da Empresa; Bloco 3 – Execução da Empresa e Balanço Final). De forma geral, no primeiro bloco, numa fase inicial, pretende-se que os alunos conheçam o seu próprio concelho e o concelho onde irão comercializar os seus produtos. Posteriormente deverão começar a organizar a sua “empresa” através da

escolha do seu nome e da criação da sua imagem corporativa, por exemplo, devendo ainda distribuir os vários sócios por funções e unidades funcionais (direção, marketing e publicidade, comércio externo e administração e finanças). No Bloco 2, por sua vez, os sócios decidem quais os produtos que irão “exportar” para a “empresa” parceira e os que irão comercializar no seu concelho, dando início às atividades por unidades funcionais, procedendo, por exemplo, à elaboração de um plano de negócios, à criação de um catálogo de produtos, à definição da estratégia de vendas a adotar e ao desenvolvimento da documentação empresarial. Por último, no Bloco 3 dá-se início à venda dos produtos “importados” na comunidade local e à produção de um relatório sobre o encerramento de contas da “empresa”.

É de notar que na elaboração dos conteúdos do Programa, para além dos contributos dos especialistas na criação e gestão de empresas do CRIA, contou-se com o apoio direto de professores dos municípios de Évora, Vendas Novas e Sines. Esta participação ativa permitiu adequar os conteúdos do Programa à realidade educativa das escolas, uma vez que este foi inicialmente desenhado para ser implementado na disciplina de Área de Projeto que foi descontinuada a partir do ano letivo de 2011/2012.

Esta adaptação permitiu também alargar a implementação do Programa nas escolas possibilitando que mais alunos pudessem participar, independentemente do tipo de ensino frequentado (regular, profissional e tecnológico). Neste caso, as escolas do território do Corredor Azul que quisessem participar poderiam fazê-lo recorrendo a disciplinas cujos conceitos-chave e currículo fossem compatíveis com os conteúdos do Programa ou fazê-lo através da criação de um clube de empreendedorismo que funcionasse em regime extracurricular. Note-se que, através destas opções, consegue-se abranger duas das formas de implementação sugeridas por Johansen e Schanke (2013), nomeadamente a integração das temáticas do empreendedorismo noutras disciplinas existentes funcionando como complemento à aprendizagem e a incorporação da educação para o empreendedorismo como uma metodologia própria, dentro de um projeto/programa de intervenção.

Para melhor estruturar as atividades a desenvolver ao longo do Programa, assim como para a dar independência de trabalho aos participantes e permitir o desenvolvimento de tarefas em regime extracurricular, foram especialmente desenvolvidos dois manuais, o “Manual do Aluno” (Cristo, Imaginário & Cruz, 2012a) e o “Manual do Professor” (Cristo, Imaginário & Cruz, 2012b), que funcionavam em simultâneo com a plataforma referida anteriormente. Através do Manual do Professor

pretendia-se auxiliar o docente na apresentação do Programa Empreender na Escola e no ensino dos conteúdos previstos pelas unidades curriculares. Já o Manual do Aluno visa ajudar, de modo prático e progressivo, o discente na realização das tarefas propostas em cada unidade curricular. Ambos manuais encontram-se estruturados em três blocos, sendo que o do professor foca-se mais na descrição das sessões, nomeadamente objetivos, materiais necessários, duração, atividades a desenvolver e critérios de avaliação, enquanto o do aluno apresenta as fichas de trabalho propriamente ditas.

Atendendo ao facto de muitos dos projetos/programas de intervenção não contemplarem um período de avaliação, tal como é apontado por Garavan e O’Cinneide (1994), considerou-se apropriado que o programa desenhado contenha uma parte dedicada à avaliação da sua eficácia. Por conseguinte, conceptualizou-se o Programa para permitir uma fase de avaliação tendo em conta a opinião dos participantes, alunos e professores, sobre o Programa e os seus principais conteúdos e tarefas e o impacto da participação no Programa nas competências criativas e empreendedoras de alunos e professores.

Considerações finais

Com este trabalho pretendia-se realizar uma revisão do estado de arte da educação para o empreendedorismo em Portugal, atendendo aos programas previamente implementados e à sua avaliação, assim como às reflexões que têm vindo a ser feitas nos países onde a educação para o empreendedorismo é mais disseminada. Através desta análise aspirava-se identificar as bases teóricas e práticas para desenhar e implementar o Programa Empreender na Escola, procurando recorrer aos casos de sucesso identificados na literatura e fazer face às limitações apontadas.

Em Portugal, a educação para o empreendedorismo encontra-se ainda numa fase de implementação, tendo vindo a ganhar importância nos últimos 10 anos (por exemplo Comissão Europeia, 2002; Redford, 2006), enquanto noutros países da Europa já são desenvolvidos projetos e ações de sensibilização desde os anos 90 (Comissão Europeia, 2002). Todavia, os resultados dos programas implementados não parecem promover a criatividade dos jovens do ensino básico e secundário (Thompson, Gonçalves, Medina & Amaral, 2013), sendo fundamental perceber quais as limitações que estes programas apresentam.

No que se refere aos programas já implementados no nosso país, importa sublinhar que tem sido dada pouca importância à sua avaliação. Aliás, a ausência de um processo de avaliação planejado ao longo da implementação de um projeto de educação para o empreendedorismo é também apontada como uma das principais limitações dos mesmos (Garavan & O'Connell, 1994). A avaliação contínua desempenha portanto um papel essencial para a análise da eficácia de um programa, permitindo igualmente a realização de alterações justificadas ao longo da sua implementação. Consideramos assim que as boas práticas devem ser avaliadas e que os resultados obtidos devem ser apresentados à comunidade científica e aos intervenientes que poderão concretizar essas práticas no futuro (Jesus, Nave, Gonçalves, Caleça & Oliveira, 2011).

Outra das limitações apontadas pelos autores (Garavan & O'Connell, 1994) prende-se com o foco a dar num projeto deste tipo. É de notar que especialistas defendem que deve ser sempre utilizada uma abordagem por competências, devendo o aluno e o seu processo de aprendizagem ser sempre colocado em primeiro plano, relativamente ao professor e ao método de ensino.

De forma geral, a literatura sustenta que o ensino do empreendedorismo deve ser focado na aquisição de competências gerais e específicas, sendo necessário um envolvimento ativo de escolas e professores (Chaves & Parente, 2011). Assim sendo, tornando-se indispensável que o aluno seja confrontado com situações práticas da realidade empreendedora, proporcionando-lhe uma maior transmissão e utilização de conhecimentos e competências.

Com base neste pressuposto, a escola deve oferecer aos seus alunos espaços e tempos letivos próprios para que se dediquem a estas atividades, seja através da criação de uma disciplina individual de empreendedorismo; da integração das questões relacionadas com o empreendedorismo noutras disciplinas existentes funcionando como complemento à aprendizagem; ou ainda através da incorporação de uma metodologia própria (implementação de um projeto/programa de intervenção) (Johansen & Schanke, 2013). Ao nível do nosso país a maior parte dos programas de intervenção desenvolvidos estão centrados em alunos dos ensinos básico e secundário, enquanto a criação de uma disciplina de empreendedorismo é mais observada ao nível do ensino superior.

Através desta revisão, é evidente a existência de algumas recomendações essenciais para o desenho e implementação de um programa de educação para o

empreendedorismo. Em primeiro lugar, a metodologia a adotar deve centrar-se numa abordagem por competências, colocando os alunos em primeiro lugar e permitindo que o professor tenha uma função de orientador das atividades desenvolvidas. Associada a uma abordagem por competências, o programa a implementar deve ser estruturado em função da realidade empreendedora, procurando que as atividades desempenhadas pelos alunos lhes permitam adquirir as competências gerais e específicas que são necessárias quando se desempenham as tarefas reais, por exemplo, simular o processo de criação de uma empresa através da elaboração de um Pacto Social real.

A escola, no geral, e os professores, no particular, têm uma função importante na implementação de um programa deste género. No que se refere aos professores, são eles que irão orientar os alunos ao longo de todo o processo, pelo que se torna fundamental que dominem os conceitos subjacentes à temática do empreendedorismo, mesmo que não sejam de áreas que lidem com essas questões. Desta forma, parece-nos importante que a equipa técnica que coordena a implementação do programa esteja em contacto permanente com o professor, podendo auxiliá-lo sempre que necessário e, se possível, poder dar formação técnica aos professores envolvidos. A escola, por seu lado, deverá ter um papel mais de facilitador, permitindo que os alunos tenham tempos letivos e espaços próprios que possam utilizar para o desenvolvimento das suas atividades. Por outro lado, a escola deve ainda procurar aproximar os alunos à sua comunidade, estimulando-os a desenvolver atividades que, mesmo não estando previstas, possam contribuir para o crescimento da sua atitude criativa e empreendedora, nomeadamente a realização de feiras/festas ou o convite a empresas para partilhar as suas experiências.

Por último, a literatura mostra que no desenho de qualquer programa de intervenção, incluindo de educação para o empreendedorismo, é importante que existam momentos destinados à sua avaliação. A realização de um processo de avaliação permite à equipa de coordenação do projeto compreender quais os aspetos que correm de acordo com o planeado e quais as particularidades que devem ser melhoradas, pelo que esta avaliação deverá ser realizada sempre ao longo de todo o programa de modo a permitir a sua melhoria contínua. Esta avaliação poderá ser recolhida de forma mais informal, por exemplo através da recolha de opiniões dos participantes, ou formal, nomeadamente através de questionários de avaliação de competências.

Referências Bibliográficas

- Assembleia da República (2012). *Recomenda ao Governo a Promoção de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem* (Resolução da Assembleia da República nº58/2012). Lisboa: Assembleia da República.
- Chaves, R.R. & Parente, C. (2011). O Empreendedorismo na Escola e o Paradigma das Competências: O Caso da Junior Achievement – Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, 65-84.
- Comissão Europeia (2006). *Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa: Promover o Espírito Empreendedor através do Ensino e da Aprendizagem*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e ao Comité das Regiões. Bruxelas.
- Cristo, E., Imaginário, S. & Cruz, A.L. (Eds.) (2012a). *Programa Empreender na Escola – Manual do Professor*. Faro: Universidade do Algarve.
- Cristo, E., Imaginário, S. & Cruz, A.L. (Eds.) (2012b). *Programa Empreender na Escola – Manual do Aluno*. Faro: Universidade do Algarve.
- Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (2009). *Relatório Síntese do Projeto Nacional “Educação para o Empreendedorismo”*. Lisboa
- Fundação Junior Achievement Portugal. (2005). *JA: Economia para o Sucesso – Guia de Voluntários e Professores*. Lisboa: Fundação Junior Achievement Portugal.
- Giorgino, P., Fortes, A., Silva, A. & Rosa, A. (2012). Empreendedorismo e Educação: Estudo dos Pilares Educacionais. *Anais do VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão – Sustentabilidade Organizacional*, 8 e 9 Junho. Brasil: Rio de Janeiro.
- Jesus, S. N., Nave, F., Gonçalves, L., Caleça, P. & Oliveira, M. (2011). Intervenções para a promoção do bem-estar e sucesso dos alunos. O caso do Agrupamento João da Rosa. *Amazônica. Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, 7, 107-117.
- Johansen, V. & Schanke, T. (2013). Entrepreneurship Education in Secondary Education and Training. *Scandinavian Journal of Education Research*, 57(4), 357-368.
- Mendes, A.R. (2007). Apontamentos sobre a Educação para o Empreendedorismo em Portugal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 285-298.

- Ministério da Educação. (2007). *Guião “Promoção do Empreendedorismo na Escola”*. (ISBN 978-972-742-270-8). Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA (2007). *B-Tech: Empresários na Escola – Percursos de Acompanhamento à Criação de Novas Empresas de Base Tecnológica*. Covilhã: Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA.
- Rocha, A., Silva, M.J. & Simões, J. (2012). Intenções Empreendedoras dos Estudantes do Ensino Secundário – O Caso do Programa de Empreendedorismo na Escola. *Economia Global e Gestão*, 17, 77-97.
- Rodrigues, R., Dinis, A., Paço, A., Ferreira, J. & Raposo, M., (2012). The Effect of an Entrepreneurial Training Programme on Entrepreneurial Traits and Intention of Secondary Students. In T. Burger-Helmchen, *Entrepreneurship – Born. Made and Educated* (pp 77-92). Rijeka: InTech
- Rodrigues, R., Dinis, A., Paço, A., Ferreira, J. & Raposo, M., (2012). The Effect of an Entrepreneurial Training Programme on Entrepreneurial Traits and Intention of Secondary Students. In T. Burger-Helmchen, *Entrepreneurship – Born. Made and Educated* (pp 77-92). Rijeka: InTech
- Teixeira, C. (2012). *Educação para o Empreendedorismo – Um Estudo sobre o Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo*. Tese de mestrado não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Thomas N. Garavan, Barra O’Cinneide, (1994) "Entrepreneurship Education and Training Programmes: A Review and Evaluation – Part 1", *Journal of European Industrial Training*, Vol. 18 Iss: 8, pp.3 - 12
- Thompson, D., Gonçalves, N., Medina, A. & Amaral, L. (2013). The Relevance of Education for Entrepreneurship in Portugal – Results from the Global Entrepreneurship Monitor. In D. Redford (2013) *Handbook de Educação em Empreendedorismo no Contexto Português* (pp 63-84). Porto: Universidade Católica Editora.

Agradecimento

A todos os alunos e professores que participaram no Programa Empreender na Escola e aos que, mesmo não tendo participado, aceitaram participar nesta investigação. Além

disso, um especial agradecimento ao município de Sines, ao Sines Tecnopolo e à Universidade do Algarve que permitiram a publicação de dados e informações recolhidas ao longo da implementação do projeto.

A publicação deste artigo contou com o apoio da instituição portuguesa de financiamento FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) através da atribuição da Bolsa de Doutoramento número SFRH/BD/76044/2011.

Correspondência

Susana Imaginário

ssimaginario@ualg.pt

CIEO – Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações

Faculdade de Economia,

Universidade do Algarve

8005-149 Faro

Contacto: 289 800 089

